



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

NORMA SPO Nº. 001/2009

**"ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO E
EXECUÇÃO DO PPA DO MUNICÍPIO DE
VILA BELA DA SS. TRINDADE"**

VERSÃO: 01

DATA: 04.03.2009

ATO APROVAÇÃO: IN-SPO Nº 001/2009

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DA FINALIDADE

1 - Tem por finalidade disciplinar a elaboração, aprovação e execução do Plano Plurianual, PPA, do Município de Vila Bela da SS. Trindade.

DA ABRANGÊNCIA

2 - Abrange todas as unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo administração direta e indireta do Município.

DOS CONCEITOS

3 - Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I. Plano Plurianual PPA: instrumento de médio prazo para planejar, estrategicamente, as ações do Governo, pelo período de quatro anos, também demonstra as diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras da administração pública.

a) Diretriz: conjunto de critérios de ação e decisão que disciplina e orienta a atuação do Governo;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

- b) Objetivo: resultado que se pretende alcançar com a realização das ações Governamentais;
 - c) Meta: especificação da quantificação física dos objetivos e respectivos prazos;
- II. Lei Orçamentária Anual - LOA: programa as ações do governo a serem executadas para tornar possível a concretização das metas planejadas no plano plurianual e observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III. Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO: Estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre o PPA e LOA.

DA BASE LEGAL

4 - O fundamento jurídico encontra respaldo no ordenamento jurídico na Constituição Federal em seus artigos 165, 166, 167 e Art. 35, § 2º, inciso I das Disposições Transitórias, Constituição Estadual artigo 162 a 167, Lei Federal 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, Lei Orgânica do Município.

DAS RESPONSABILIDADES

5 - É de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento:

- I. Estabelecer cronograma de atividades, tendo em vista o prazo estabelecido para o encaminhamento do projeto de lei do PPA à Câmara;
- II. Realizar levantamento dos programas e recursos do governo federal e estadual;
- III. Definir diretrizes para elaboração do PPA, baseado no Plano Diretor, Plano de Governo, nos planos setoriais e demandas da população;
- IV. Realizar reuniões com as secretarias para orientar a elaboração do PPA;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

- V. Elaborar a projeção de receitas, comportamento das receitas dos anos anteriores, previsão de receitas do governo estadual e federal, previsão de convênios e repasses;
- VI. Definir o teto orçamentário geral, projeções das receitas; restrições legais e receitas vinculadas;
- VII. Discutir tecnicamente, com as Unidades para definir as rotinas de trabalho e respectivos procedimentos de controles que deverão ser objeto de alteração, atualização ou expansão.
- VIII. Cumprir e zelar para que todos cumpram a Normativa, em todos os seus termos.

6 - É de responsabilidade das Unidades e Secretarias:

- I. Atender às solicitações da Coordenadoria de Planejamento para fornecer informações, documentos e contribuir em outras finalidades de sua competência, quando solicitada;
- II. Informar à Coordenadoria de Planejamento sobre possíveis alterações nos procedimentos de planejar, com a finalidade de obter melhor proveito e eficiência operacional;
- III. Manter a Instrução Normativa ao alcance de todos os funcionários da unidade e zelar pelo seu cumprimento;

DOS PROCEDIMENTOS

7 - Deverão as unidades e secretarias envolvidas no desenvolvimento do PPA realizarem:

- I. Análise das necessidades, dificuldades, potenciais e capacidade econômica do Município para definir objetivos e metas da administração para o período de quatro anos de exercício.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

- II. Estudos para identificar a quantia de recursos disponíveis em cada fonte de financiamento e elaborar o orçamento da receita para o período de cada uma das Unidades Gestoras.
- III. Estudos para apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e definir as disponibilidades financeiras para criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.
- IV. Definição dos programas e das ações de governo em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas, financeiras e fontes de financiamento.

8 - A elaboração do projeto Lei do Plano Plurianual deve estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, relativas aos programas de duração continuada.

9 - O Plano Plurianual deve contribuir para o crescimento do Município, devendo constar de forma clara as propostas do Governo para quatro anos.

10 - Cada Secretaria/unidade elegerá um responsável para acompanhar os indicadores dos programas definidos no Plano Plurianual.

11 - Nas reuniões de que trata o inciso IV do artigo 5º, a Coordenadoria de Planejamento, orientará para elaborar o PPA observando:

- I. Prazo e procedimentos a serem adotados por todas as unidades da estrutura organizacional para a avaliação dos programas, com base em diagnóstico dos problemas existentes, para definição das ações a serem elaboradas;
- II. Critérios e procedimentos para a elaboração do planejamento dos recursos necessários para o atendimento dos programas, inclusive os finalísticos e os de apoio administrativo;
- III. Programas existentes das secretarias competentes, para avaliar e elaborar as propostas de ação, reenviando à Unidade encaminhadora.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

12 - As secretarias avaliarão os programas existentes com a finalidade de elaborar as propostas de ações e encaminharão à Coordenadoria de Planejamento.

13 - A Coordenadoria de Planejamento recebe e analisa as ações das Unidades Setoriais para consolidar o PPA.

I - Caso entenda que o programa não está de acordo com as diretrizes e com os recursos disponíveis, encaminhará para Unidade solicitante, requisitando as adequações necessárias e reenvio do programa.

II - Estando o programa de acordo com as diretrizes e recursos disponíveis, tomará os seguintes procedimentos:

- a) Incorpora e consolida a proposta do PPA;
- b) Convoca audiência pública;
- c) Discute a proposta em audiência pública;
- d) Homologa a proposta para o PPA;
- e) Elabora o projeto de lei e encaminha à Câmara Municipal.

**DO PRAZO DE ENVIO DO PROJETO DE
LEI DO PPA AO LEGISLATIVO.**

14 - O projeto de Lei do Plano Plurianual será encaminhado ao Poder Legislativo até 30 de agosto do primeiro ano do mandato do Prefeito.

DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

15 - A audiência pública de que trata o art. 12, § 2º, II, proceder-se-á na forma estabelecida na Constituição Federal e na lei Complementar 101/2000 e Norma do Sistema de Planejamento e Orçamento do Município SPO – 004/09 que disciplina a realização de Audiência Pública.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

DO ENVIO DA LEI E ANEXOS AO TCE/MT

16 - A Coordenadoria de Planejamento enviará ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso até 31 de dezembro do ano em que foi votada, Lei referente ao Plano Plurianual e cópia da publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

17 - Os termos contidos nesta Normativa, não exime a observância das demais normas, competentes, que devem ser respeitadas.

18 - Aprovado o projeto lei pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo, a Coordenadoria de Planejamento divulga, publica e distribui o PPA a todas as Unidades

I - A publicação do PPA será realizada conforme determina o artigo 48 da lei complementar nº 101/00 (LRF).

Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

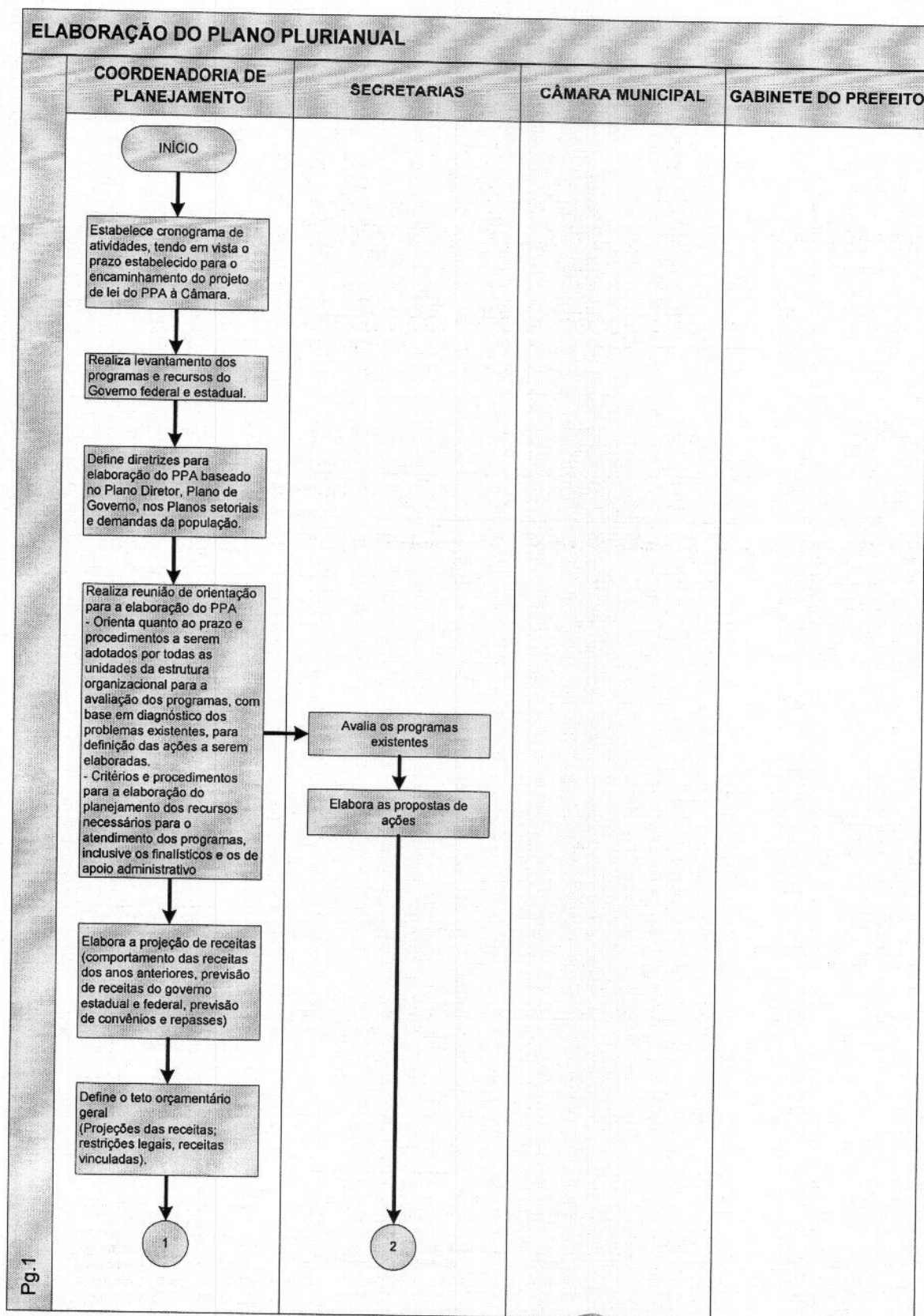
Vila Bela da SS. Trindade, 02 de abril de 2009.


WAGNER VICENTE DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

2

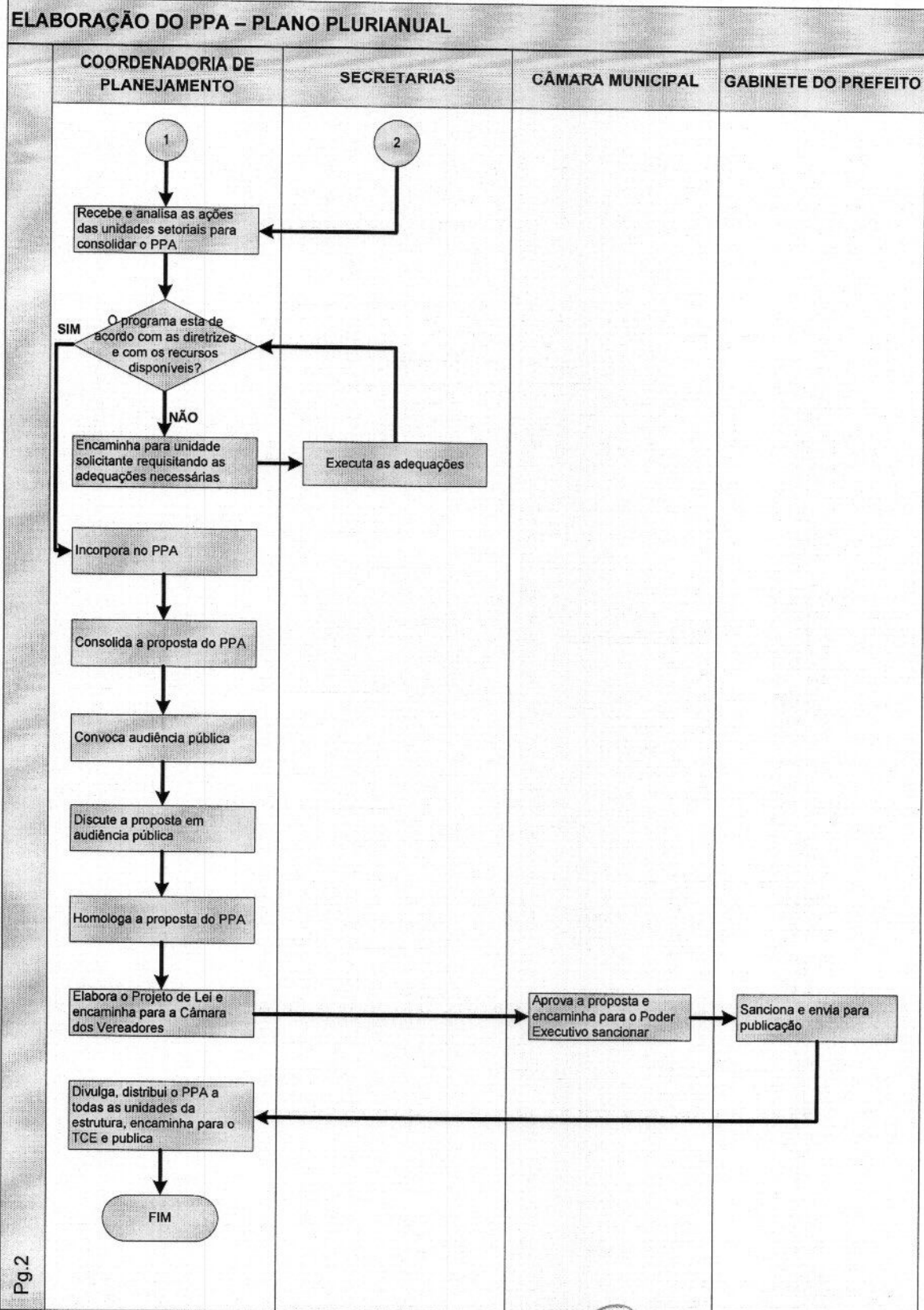


ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA Ss. TRINDADE - MT.
<< BERÇO DO ESTADO >>
ADMINISTRAÇÃO 2009/2012

NORMA SPO Nº. 002/2009

**“DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÃO PARA
PADRONIZAR A ELABORAÇÃO E
EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS-LDO DO MUNICÍPIO DE
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.”**

VERSÃO: 01

DATA: 04/03/2009

ATO APROVAÇÃO: IN-SPO Nº 001/2009

UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

DA FINALIDADE

1 - Cumpre esta Instrução Normativa disciplinar, elaborar, aprovar e executar a Lei de Diretrizes Orçamentárias no âmbito do Poder Executivo Municipal.

DA ABRANGÊNCIA

2 - Esta Instrução abrange todas as Unidades da estrutura organizacional do Legislativo e Executivo, contemplando as administrações direta e indireta.

DO CONCEITO

3 - Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:



- I. Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO: Estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre o PPA e LOA;
- II. Plano Plurianual - PPA: instrumento de médio prazo para planejar, estrategicamente, as ações do Governo, pelo período de quatro anos. Demonstra as diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras da administração pública;
- III. Lei Orçamentária Anual - LOA: programa as ações do governo a serem executadas para tornar possível a concretização das metas planejadas no plano plurianual e observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DA BASE LEGAL

4 - O fundamento jurídico desta Instrução Normativa, encontra-se consubstanciado na Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101/2000, Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Orgânica do Município.

DAS RESPONSABILIDADES

5 - É de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento, dentre outras:

- I. Estabelecer cronograma de atividades, tendo em vista o prazo estabelecido para o encaminhamento do projeto de lei da LDO à Câmara Legislativa Municipal;
 - II. Divulgar e implementar a instrução normativa nas áreas executoras e supervisionar a sua aplicação;
 - III. Discutir, tecnicamente, com as Unidades Executoras e de Controle Interno, a definição dos procedimentos de controle, objeto de alteração, atualização ou expansão;
 - IV. Manter a Instrução Normativa ao alcance de todos os funcionários das Unidades;
 - V. Cumprir e zelar para que todos cumpram a Instrução Normativa, em todos os seus termos.
- 
- 

6 - É de responsabilidade das Unidades e Secretarias:


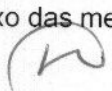
- I. Atender às solicitações da Coordenadoria de Planejamento para fornecer informações, documentos e contribuir em outras finalidades de sua competência, quando solicitada;
- II. Informar à Coordenadoria de Planejamento sobre possíveis alterações nos procedimentos de trabalho, com a finalidade de obter melhor proveito e eficiência operacional;
- III. Manter a Instrução Normativa ao alcance de todos os funcionários da unidade e zelar pelo seu cumprimento.

DOS PRESSUPOSTOS DA LDO

7 - Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias é necessário observar os seguintes pressupostos:

- I. Compreender as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- II. Orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- III. Dispor sobre alterações na Legislação Tributária;
- IV. Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

8 - A Lei de Diretrizes Orçamentária deve dispor sobre:

- I. Os programas do Plano Plurianual;
 - II. Alterações da legislação de arrecadação;
 - III. Equilíbrio entre receita e despesa;
 - IV. Limitação de empenho e estabelecer critérios e formas, quando a receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal constante no anexo das metas fiscais;
- 
- 

- V. Normas de controle de custo e avaliação dos resultados de programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VI. Avaliação do resultado dos programas;
- VII. Condições p/ transferências à entidades públicas e privadas;
- VIII. Estabelecimento de metas fiscais de receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida;
- IX. Avaliação do cumprimento de metas do ano anterior;
- X. Registro de memória e metodologia de cálculo para justificar as metas anuais pretendidas;
- XI. Demonstração da evolução do patrimônio líquido;
- XII. Demonstração da origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos;
- XIII. Avaliação da situação financeira e atuarial;
- XIV. Previsão de compensação e renúncia de receita;
- XV. Previsão de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- XVI. Reserva de recursos para riscos fiscais;
- XVII. Definição da forma de utilizar o montante da reserva de contingência;
- XVIII. Programa financeiro do cronograma de execução mensal de desembolso;
- XIX. Definição de despesas irrelevantes para dispensa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro;
- XX. Priorização de obras em andamento e conservação do patrimônio sobre projetos novos;
- XXI. Autorização de custeio de competência de outros entes;



- XXII. Definição dos incentivos ou benefícios tributários – renúncia de receita;
- XXIII. Autorização para:
- a) criar cargos, empregos e funções;
 - b) concessão de vantagens;
 - c) concessão de aumento aos servidores;
 - d) alteração da estrutura de carreira;
 - e) admissão de pessoal a qualquer título.

DOS PROCEDIMENTOS

9 - A Coordenadoria de Planejamento conferirá os dados e a sua disponibilidade no sistema de informação.

I - Caso os dados não estejam disponíveis no sistema de informação, solicitará, dos setores responsáveis, as informações necessárias, para serem prestadas, em no máximo, dois dias úteis.



II - Estando a Coordenadoria de Planejamento de posse das informações, procederá a conferência dos dados e fará os seguintes procedimentos:

- a) Elaborar os anexos de metas e riscos fiscais;
- b) Estabelecer o teto orçamentário para as unidades setoriais;
- c) Encaminhar às Secretarias o anexo de metas e prioridades das secretarias definidas no PPA.

10 - As Secretarias após receberem, da Coordenadoria de Planejamento, o anexo de metas e prioridades definidas no PPA, executarão a devida revisão.

I - Cumprido a revisão (caput), priorizará as ações para a LOA do ano subsequente e encaminhará à Coordenadoria de Planejamento.

11 - A Coordenadoria de Planejamento realizará análise das definições propostas pelas secretarias.



I - Estando as propostas de acordo com o PPA e com o teto orçamentário a Coordenadoria de Planejamento Consolida todos os anexos das secretarias e Convoca audiência pública.

II - Caso as propostas não estejam de acordo com o PPA, analisará as seguintes hipóteses:

- a) Não sendo o caso relevante ou impossível de realizar adequações, emitirá à Coordenadoria de Planejamento parecer informando as secretarias a impossibilidade de atender a proposta, recomendando os ajustes necessários e o reenvio à Coordenadoria de Planejamento.
- b) Sendo possível realizar as adequações, emitirá à Coordenadoria de Planejamento parecer, requisitando as adequações necessárias e o reenvio à Coordenadoria de Planejamento.
- c) Sendo impossível realizar adequações, porém relevantes para modificar, a Coordenadoria de Planejamento tomará as providências de: elaborar o projeto lei de alteração do PPA, consolidar os anexos da secretaria e convocar audiência pública.



12 - A Coordenadoria de Planejamento, após aprovar as propostas das secretarias tomará os seguintes procedimentos:

- I. Realizar audiência pública para discutir as propostas;
- II. Homologar a proposta da LDO;
- III. Encaminha à Câmara Municipal o Projeto de Lei e relatório dos projetos em andamento e das obras com necessidade de conservação, priorizadas pela LDO.

DO PRAZO DE ENVIO DO PROJETO LDO AO LEGISLATIVO

13 - O projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias e o relatório serão encaminhados ao Poder Legislativo, anualmente, até 15 de abril.

I - Observar o disposto, art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



**DO ENVIO DA LDO E ANEXOS
AO TCE/MT**

14 - O Poder Executivo enviará ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso até 31 de dezembro do ano em que foi votada, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, cópia da publicação da LDO e relatório de obras em andamento. (vide Regimento Interno TCE/MT, art. 166, II)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

15 - Após aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, a Coordenadoria de Planejamento divulga e distribui a LDO às secretarias.

Parágrafo Único. A publicação da LDO será realizada conforme determina o artigo 48 da lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).

16 - Os termos contidos nesta Normativa, não exime a observância das demais normas competentes, que deverão ser respeitadas.

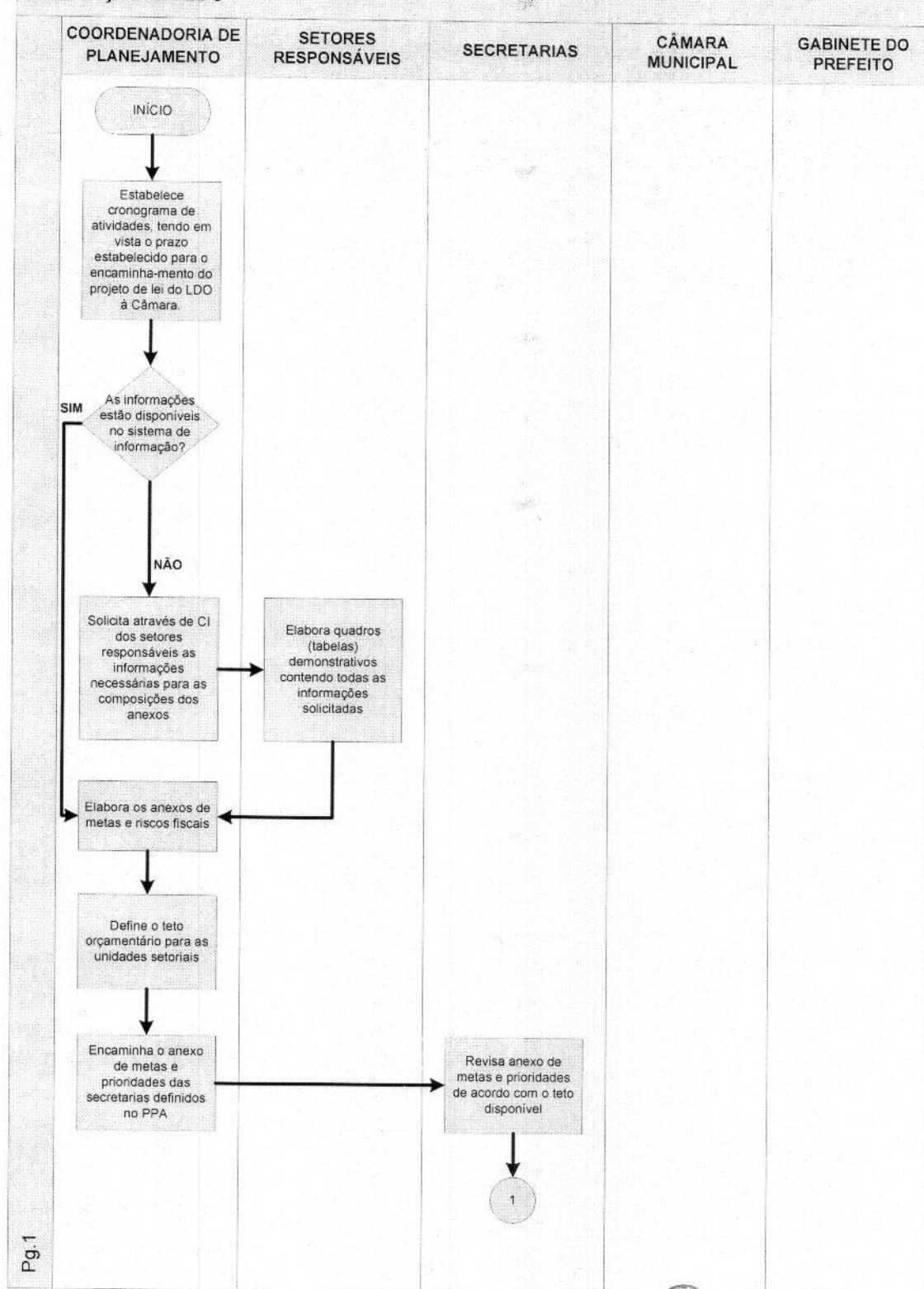
Esta normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Vila Bela da SS. Trindade, 02 de abril de 2009.

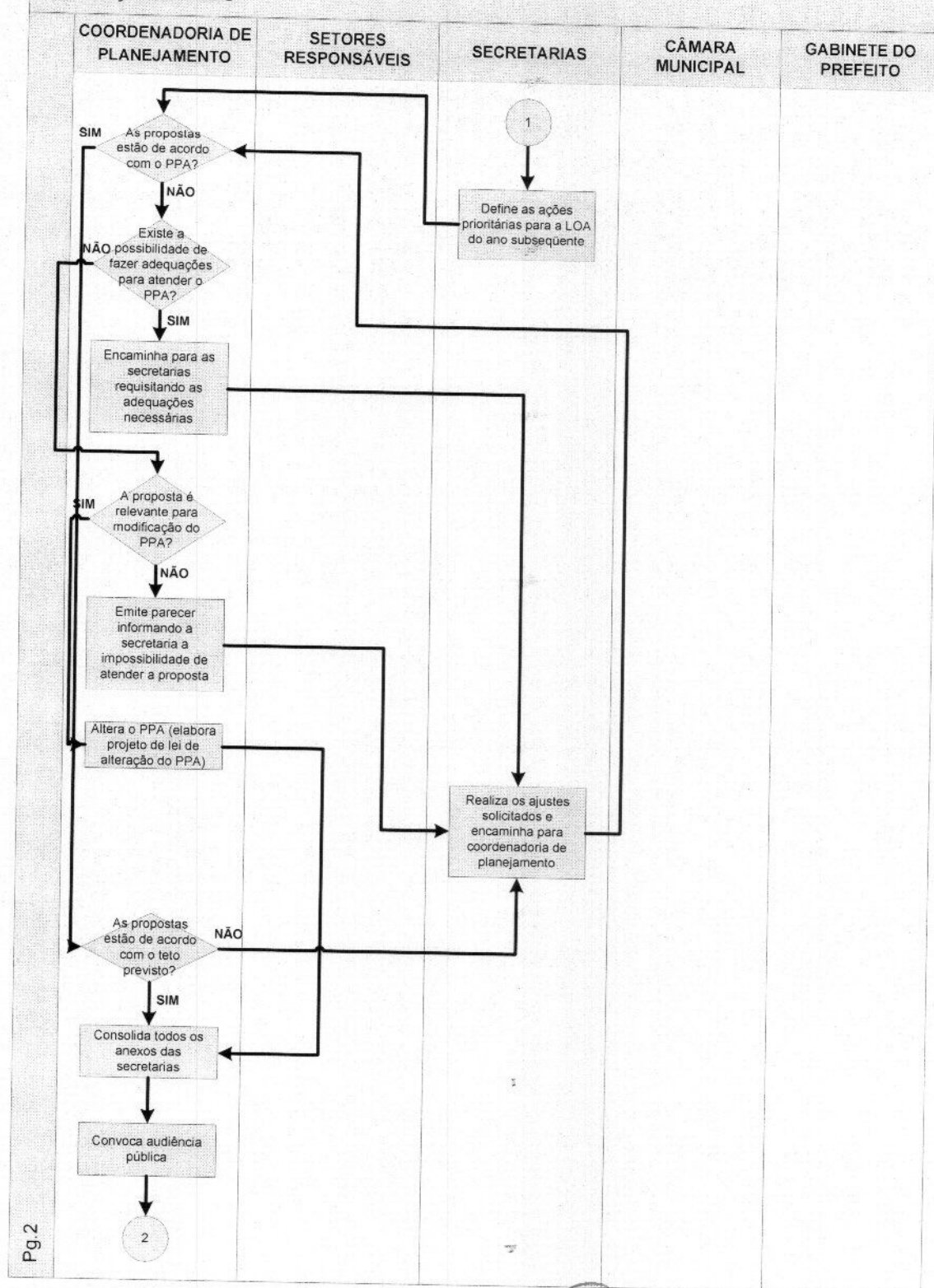

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

2

ELABORAÇÃO DA LDO



ELABORAÇÃO DA LDO





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

NORMA SPO Nº. 003/2009

**"INSTITUI NORMAS E PROCEDIMENTOS
PARA ELABORAÇÃO DA LOA – LEI DO
ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE
VILA BELA DA SS. TRINDADE."**

VERSÃO: 01

DATA: 04/03/2009

ATO APROVAÇÃO: IN-SPO Nº001/2009

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DA FINALIDADE

1 - Tem por finalidade disciplinar e elaborar o projeto Lei de Orçamento Anual do Município de Vila Bela da SS. Trindade e garantir o cumprimento dos prazos.

DA ABRANGÊNCIA

2 - Abrange todas as unidades da estrutura organizacional dos Poderes Legislativo, Executivo no âmbito da administração direta e indireta do Município.

DOS CONCEITOS

3 - Para os fins desta Normativa considera-se:

- I. Plano Plurianual - PPA: é o instrumento de médio prazo para planejar, estrategicamente, as ações do Governo, pelo período de quatro anos, também demonstra as diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras da administração pública;
- II. Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO: Estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre o PPA e LOA.
- III. Lei Orçamentária Anual - LOA: programa as ações do governo a serem executadas para tornar possível a concretização das metas



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

planejadas no plano plurianual e observância da Lei de Diretrizes
Orçamentárias;

DA BASE LEGAL

4 - O fundamento jurídico encontra respaldo no ordenamento jurídico na Constituição Federal em seus artigos 165 e 166, Constituição Estadual artigo 162, Lei Federal 4.320/64, Lei Orgânica do Município.

30/05/2008 -

o prazo
à Câmara

recutoras

Controle
pectivos
ação ou

os das

nativa,

para
outras

síveis
e de

- DEIVANIR DUMA (escric.) (filho.
- Ze DUMA
- ~~ADARECIDO DUMA~~ (sobrinho) filho
- GUIZ AP. DUMA
- ARISTIDE DUMA
- VALMINERES DUMA (sobrinho) filho



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

- III. Manter a Instrução Normativa ao alcance de todos os funcionários da unidade e zelar pelo seu cumprimento;

DOS PROCEDIMENTOS

7 - Compete à Coordenadoria de Planejamento:

- I. Estabelecer cronograma de atividades, tendo em vista o prazo legal estabelecido para encaminhar o projeto da LOA à Câmara;
- II. Definir métodos e procedimentos para elaboração do PTA / LOA com fundamento na LDO e no PPA;
- III. Analisar o formulário do PTA / LOA do exercício anterior, havendo necessidade de adequações realizar-se-ão;
- IV. Elaborar a projeção de receitas observando:
 - a) Comportamento das receitas dos anos anteriores;
 - b) Previsão de transferência de receitas estadual e federal;
 - c) Previsão de convênios e repasses.
- V. Definir o teto orçamentário geral observando:
 - a) Projeções das receitas;
 - b) Restrições legais;
 - c) Receitas vinculadas.

8 - A Coordenadoria de Planejamento atuará em conjuntos com as demais Secretarias com observância dos seguintes fundamentos:

- I. Realizar reunião com objetivo de orientar a elaboração do PTA / LOA;
 - II. Disponibilizar os dados necessários para elaboração do PTA / LOA observando:
- D



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

- a) Teto orçamentário por secretaria;
- b) Fundamento jurídico;
- c) Formulários e quaisquer outros dados necessários.

III. Orientar quanto aos procedimentos a serem adotados por todas as unidades da estrutura organizacional com o objetivo de descrever os projetos e atividades, considerando os objetivos e as metas definidas para os programas e ações bem como os componentes essenciais para a construção da LOA;

IV. Preencher formulários padronizados para esta finalidade.

9 - Percebendo a necessidade de adequações no formulário do PTA / LOA do exercício anterior (inciso III, art. 7º), elabora a projeção das receitas observando:

- I. Comportamento das receitas dos anos anteriores;
- II. Previsão de receitas do governo estadual e federal;
- III. Previsão de convênios e repasses.

10 - As Secretarias tão logo elaborem os projetos e propostas do PTA / LO, encaminharão à Coordenadoria de Planejamento.

11 - A Coordenadoria de Planejamento analisará os projetos observando se estão de acordo com as diretrizes da reunião de orientação, os limites legais e recursos previstos.

I - Caso perceba alguma inconformidade, devolve-se o projeto para as adequações cabíveis;

II - Entendendo pela conformidade tomará os seguintes procedimentos:

- a) Incorpora e consolida a proposta do PTA / LOA;
- b) Formaliza e compõe o projeto de lei com todos os elementos legais exigidos;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

III - Encaminha o projeto LOA, à Câmara dos Vereadores.

12 - Após aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, a Coordenadoria de Planejamento realizará a publicação da LOA, conforme determina o artigo 48 da lei complementar nº 101 / 2000 (LRF).

DOS PRESSUPOSTOS
PARA ELABORAR O PROJETO

13 - O Projeto LOA deve prever as receitas, fixar das despesas das Unidades e identificar o volume dos recursos destinados aos orçamentos Fiscais e da Seguridade Social.

14 - Observar-se-á os pressupostos e os conteúdos exigidos nas legislações, quais sejam:

- I. Quadros orçamentários consolidados;
- II. Tabelas explicativas, contendo estimativas de receita e despesa, em colunas distintas com a finalidade de comparar:
 - a) receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;
 - b) receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
 - c) receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;
 - d) despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
 - e) despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
 - f) despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.
- III. Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando as receitas e a despesas na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

- IV. Discriminação da legislação das receitas e despesas, referentes ao orçamento fiscal e da seguridade social;
- V. Declaração em forma de demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do Anexo de Metas Fiscais;
- VI. Reforço da inclusão de dotação orçamentária de reserva de contingência;
- VII. Documento que demonstre as medidas de compensação para renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- VIII. Reforço de que a consignação de dotação orçamentária para investimento com duração superior a um exercício financeiro será permitida se estiver previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

15 - A Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que a Lei Orçamentária Anual deve obedecer às seguintes regras, dentre outras:

- I. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão na lei orçamentária anual;
- II. O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional;
- III. Constatará, separadamente, o refinanciamento da dívida pública, sendo que a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços prevista na lei de diretrizes orçamentárias ou em legislação específica;
- IV. Vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

- V. Não consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja prevista no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

DA RECEITA

16 - O Executivo elaborará demonstrativo do desdobramento da receita prevista de suas Unidades, em metas bimestrais de arrecadação.

17 - Até 30 dias após a publicação dos orçamentos, as receitas previstas serão desdobradas pelo Executivo em metas bimestrais de arrecadação com a especificação em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão, sonegação, quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

DAS REMESSAS

18 - O Executivo encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, até o dia 15 de janeiro de cada ano, a Lei Orçamentária Anual para o exercício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

19 - Os termos consignados nesta Instrução Normativa não exime a observância das demais normas competentes que deverão ser respeitadas.

Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Vila Bela da SS. Trindade, 02 de abril de 2009.


WAGNER VICENTE DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

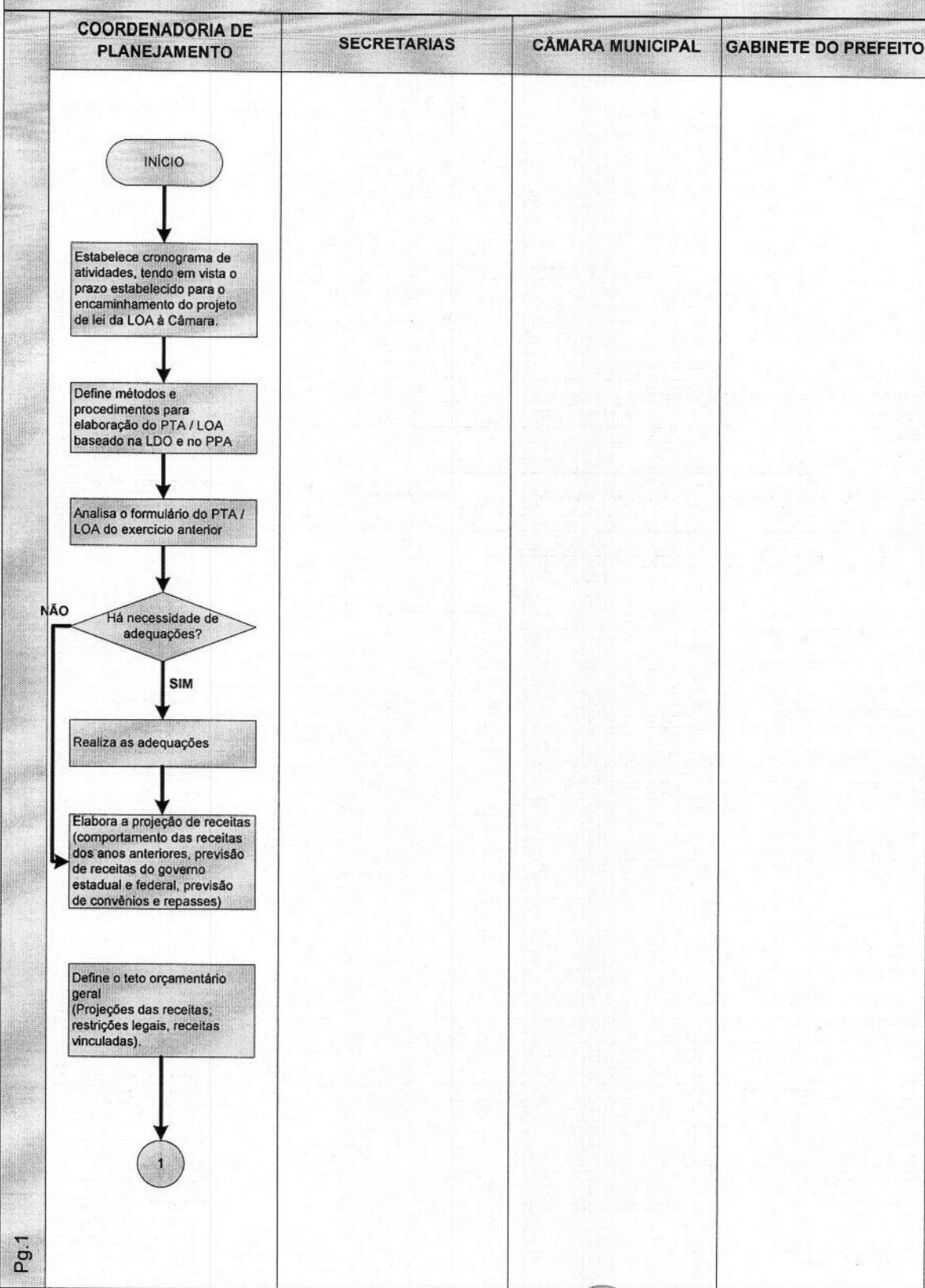




ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.

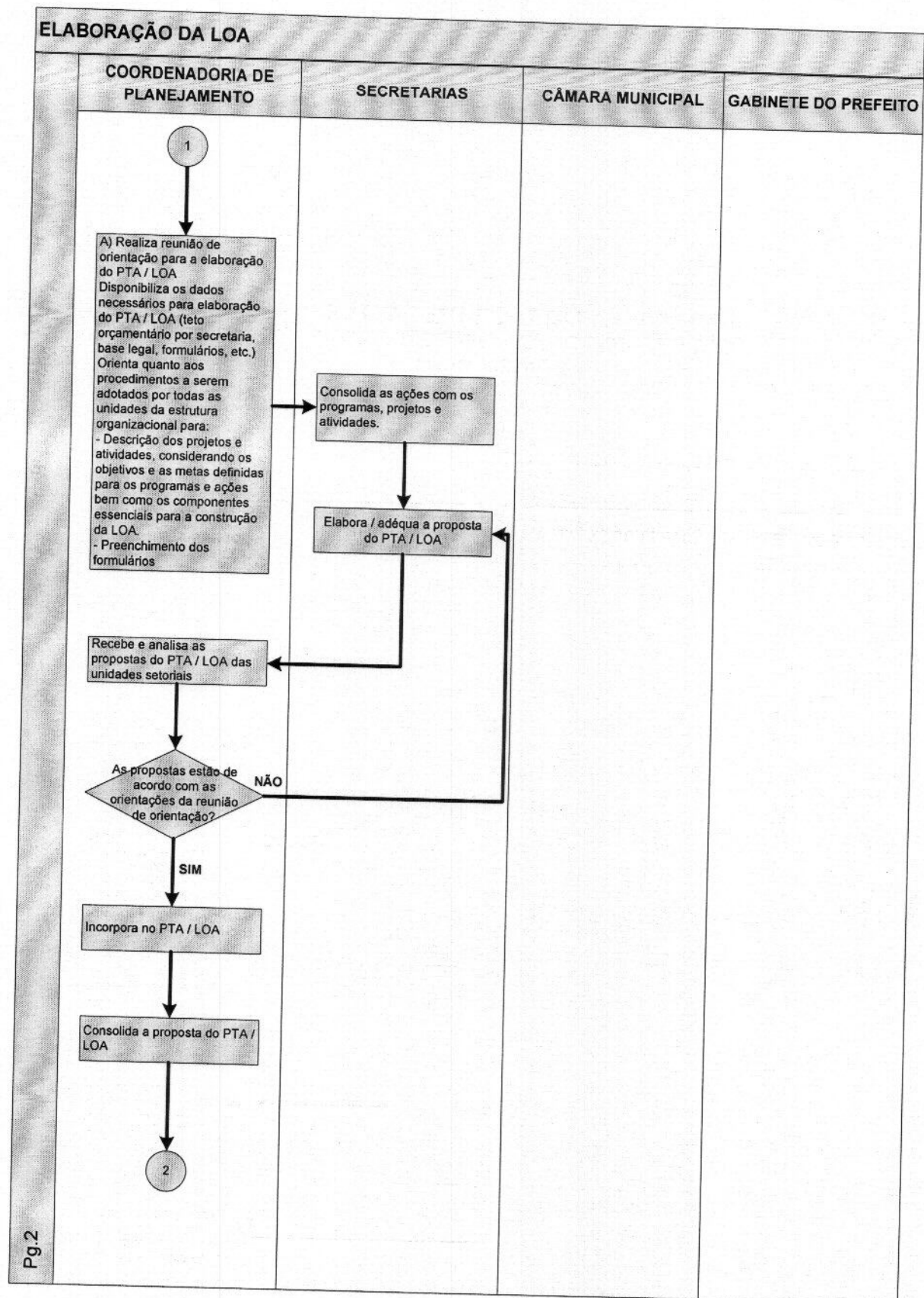
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

ELABORAÇÃO DA LOA





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

NORMA SPO Nº. 004/2009

**"ORIENTAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS
PROPOSTAS CONTIDAS NOS
PROGRAMAS /PROJETOS DA PPA, LDO E
LOA DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS.
TRINDADE."**

VERSÃO: 01

DATA: 04/03/2009

ATO APROVAÇÃO: IN-SPO Nº001/2009

**UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DA FINALIDADE**

1 - Tem por finalidade garantir, disciplinar e elaborar, tempestivamente, as Audiências Públicas, para apresentar e debater com a população, os projetos da PPA, LDO e LOA do Município de Vila Bela da SS. Trindade.

DA ABRANGÊNCIA

2 - Abrange todas as unidades da estrutura organizacional dos Poderes Legislativo, Executivo da administração direta e indireta do Município.

DOS CONCEITOS

3 - Para os fins desta Normativa considera-se:

- I. Audiência Pública: Direito Constitucional que garante ao Administrado a participar diretamente da Administração Pública, (art.1º CF), propicia a troca de informações com o Administrador. Sua realização é condição de validade do ato administrativo, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- II. Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF: Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- III. Plano Plurianual - PPA: instrumento de médio prazo para planejar, estrategicamente, as ações do Governo, pelo período de quatro



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

anos. Demonstra as diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras da administração pública;

- IV. Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO: Estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre o PPA e LOA.
- V. Lei Orçamentária Anual - LOA: programa as ações do governo a serem executadas para tornar possível a concretização das metas planejadas no plano plurianual e observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DA BASE LEGAL

4 - O fundamento jurídico encontra-se amparado na Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal (101/00), Lei Orgânica do Município, Instrução Normativa, do município, que regulamenta a LOA, LDO e PPA.

DAS RESPONSABILIDADES

5 - Compete à Coordenadoria de Planejamento coordenar a realização de audiência pública com eficácia e eficiência, observando os prazos estabelecidos, para cumprir as incumbências de:

- I. Estabelecer cronograma de atividades anuais para realizar as audiências públicas, com prévia definição das datas e dos locais;
- II. Elaborar o edital de convocação;
- III. Dar publicidade por meios de comunicação de forma a possibilitar a ampla participação popular no evento;
- IV. Divulgar o evento público por meios de comunicações de forma a possibilitar a ampla participação popular;
- V. Definir dentre os cidadãos da comunidade, personalidades e entidades que deverão ser convidados quando necessário;
- VI. Convocar dentre agentes públicos municipais dos quais incumbem o dever de participar da audiência pública;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

- VII. Estabelecer dados mínimos que deverão ser apresentados e a forma de apresentação, bem como quais aspectos deverão ser esclarecidos ou enfatizados na audiência pública;
- VIII. Organizar as reuniões com a respectiva metodologia;
- IX. Registrar o evento: ata da audiência, fotografias, dentre outros meios hábeis;
- X. Arquivar, adequadamente, os registros de comprovação do evento e disponibilizá-los.

6 - A publicidade do evento, Inciso IV, art. 5º, deverá observar o objetivo Constitucional de informar o maior número de cidadãos possíveis.

DOS PRAZOS

7 - O Edital de Convocação estabelecido no inciso II, art 5º, deve ser publicado no prazo mínimo de 07 dias de antecedência.

8 - As Audiências Públicas para elaborar e discutir o projeto da LDO e LOA serão realizadas anualmente, conforme regulamenta a LRF.

9 - As Audiências Públicas para elaborar e discutir o Programa Plurianual - PPA serão realizadas no ano de elaboração, conforme regulamenta a LRF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

10 - As Audiências Públicas serão registradas em ata, onde constarão as decisões tomadas.

11 - Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não exime a observância das demais normas competentes.

Esta normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2009.

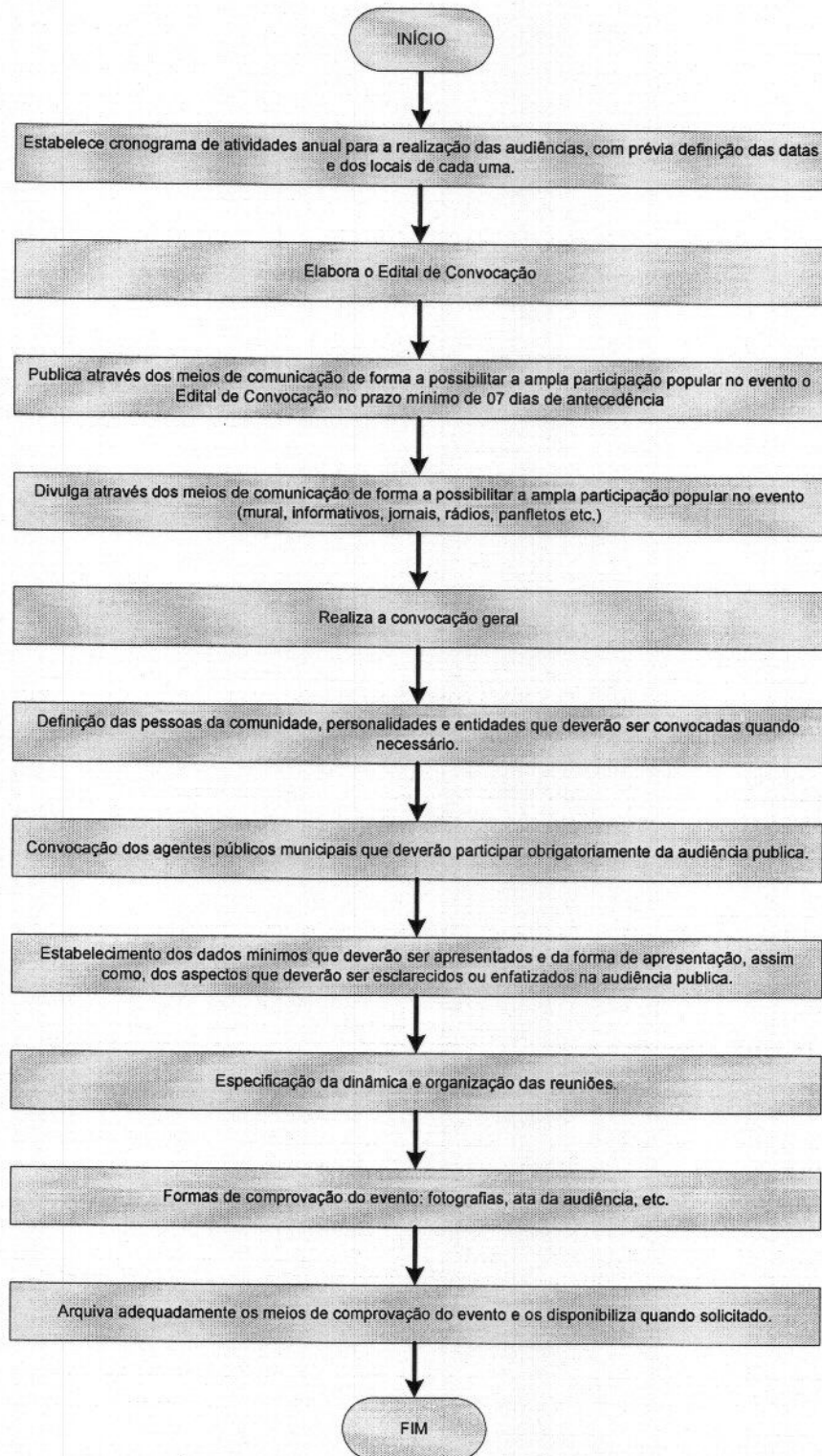

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA
Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.
"Berço do Estado"
Administração 2009/2012

REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA Ss. TRINDADE - MT.
<< BERÇO DO ESTADO >>
ADMINISTRAÇÃO 2009/2012

NORMA SPO Nº. 005/2009

**“ORIENTAÇÕES PARA ACOMPANHAR OS
RESULTADOS PREVISTOS NOS
PROGRAMAS DO PPA, CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS, PRIORIDADES E
METAS DEFINIDAS NA LDO.”**

VERSÃO: 01

DATA: 04/03/2009

ATO APROVAÇÃO: IN-SPO Nº003/2009

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DA FINALIDADE

1 - Tem a finalidade de acompanhar os resultados previstos nos programas do PPA, o cumprimento das metas fiscais e das prioridades e metas definidas da LDO do Município de Vila Bela da SS. Trindade.

DA ABRANGÊNCIA

2 - Abrange a Secretaria de Planejamento e todas as secretarias envolvidas na estrutura organizacional da Administração Pública do Município de Vila Bela da SS. Trindade.

(2)

D

DO CONCEITO

3 - Para os fins desta Normativa considera-se:

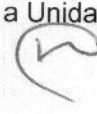

- I. Acompanhamento: meio pelo qual é possível monitorar o desempenho, cumprimento das metas fiscais e das prioridades e metas definidas na LDO, e difundir as práticas adotadas, produzindo aprendizado e aperfeiçoamentos que possam ser compartilhados.
- II. Plano Plurianual - PPA: instrumento de médio prazo para planejar, estrategicamente, as ações do Governo, pelo período de quatro anos. Demonstra as diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras da administração pública;
- III. Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO: Estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre o PPA e LOA;
- IV. Lei Orçamentária Anual - LOA: programa as ações do governo a serem executadas para tornar possível a concretização das metas planejadas no plano plurianual e observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DA BASE LEGAL

4 - O fundamento jurídico encontra respaldo no ordenamento jurídico na Constituição Federal em seus artigos 165, 166, 167 e Art. 35, § 2º, inciso I das Disposições Transitórias, Constituição Estadual artigo 162 a 167, Lei Federal 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, Lei Orgânica do Município.

DAS RESPONSABILIDADES

5 - É de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento:

- I. Definir e atualizar os macrocontroles a serem exercidos em cada uma das Secretarias em conjunto com a Unidade de Controle 5
- 
- 

- II. Definir os critérios para o acompanhamento dos resultados parciais, ao longo do exercício;
- III. Especificar os dados necessários para o acompanhamento evolução fiscal, da execução de cada projeto/atividade dos prazos e da forma como os dados serão passados pelas Secretarias à Coordenadoria de Planejamento;
- IV. Disponibilizar para as Secretarias, calendário contendo o prazo para o fornecimento dos relatórios de controle;
- V. Orientar e disponibilizar para as Secretarias o *check-list* mínimo a ser contemplado no processo de acompanhamento de resultados, elaborar e apresentar relatório;



6 - É de responsabilidade das Unidades e Secretarias envolvidas no Plano Plurianual:

- I. Atender as solicitações da Coordenadoria de Planejamento para fornecer informações, documentos e contribuir em outras finalidades de sua competência, quando solicitada;
- II. Encaminhar à Coordenadoria de Planejamento relatório mensal, de resultados das metas do PPA;
- III. Informar à Coordenadoria de Planejamento sobre possíveis alterações nas rotinas de trabalho, com a finalidade de obter melhor proveito e eficiência operacional;
- IV. Manter a Normativa ao alcance de todos os funcionários da unidade e zelar pelo seu cumprimento;

DOS PROCEDIMENTOS

7 - As Secretarias acompanham a execução dos programas (PPA), metas e resultados parciais, produzem relatórios, conforme orientação da Coordenadoria de Planejamento, ao longo do exercício.

8 - Cada Secretaria/Unidade elege um responsável para acompanhar os indicadores dos programas definidos no Plano Plurianual.





9 - Os indicadores devem ser acompanhados, mensalmente, por meio de preenchimento de fichários individuais de acompanhamento e disponibilizados, quadrimestralmente, à Coordenadoria de Planejamento nos seguintes prazos:

- I. Primeiro quadrimestre: até último dia útil do mês de maio de cada ano;
- II. Segundo quadrimestre: até último dia útil do mês de setembro de cada ano;
- III. Terceiro quadrimestre: até último dia útil de janeiro de cada ano.

10 - A Coordenadoria de Planejamento avalia os relatórios das Secretarias, de acordo com o *check-list* mínimo de acompanhamento de resultados.

I. Caso o relatório não esteja em conformidade com o *check-list* de acompanhamento de resultados, a Coordenadoria de Planejamento emitirá parecer com recomendações para os ajustes e indicará prazo para o devido ajustamento à Secretaria encaminhadora.

II. Estando o relatório de acompanhamentos de resultados em conformidade, a Coordenadoria de Planejamento tomará os seguintes procedimentos:

- a) Consolida os relatórios por programas;
 - b) Confronta os dados obtidos referentes à execução física, com os obtidos por meio do controle de execução orçamentária;
 - c) Elabora o relatório de gestão;
 - d) Encaminha o relatório, depois de observar toda a sistemática, para os Órgãos de Controle, Câmara Municipal e demais solicitantes;
 - e) Dá publicidade.
- 
- 

CONSIDERAÇÕES FINAIS

11 - Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não exime a observância das demais normas, competentes, a serem observadas.

Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Vila Bela da SS. Trindade, 02 de abril de 2009.


WAGNER VICENTE DA SILVEIRA
Prefeito Municipal



ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS PREVISTOS NOS PROGRAMAS DO PPA, DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS E DAS PRIORIDADES E METAS DEFINIDAS NA LDO.

